



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO CEDUC
CURSO DE PEDAGOGIA

LEILIANE ANIZIO DO NASCIMENTO

**EJA, O RETORNO A PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO:
DESAFIOS E MOTIVAÇÕES**

Campina Grande – PB

2017

LEILIANE ANIZIO DO NASCIEMENTO

**EJA, O RETORNO A PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO:
DESAFIOS E MOTIVAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Elizabete Carlos do Vale

Campina Grande/PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244e Nascimento, Leiliane Anizio do.
EJA, o retorno a processos de escolarização [manuscrito] :
desafios e motivações / Leiliane Anizio do Nascimento. - 2017.
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Elizabete Carlos do Vale,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. EJA. 2. Motivação. 3. Escolarização.

21. ed. CDD 374

LEILIANE ANIZIO DO NASCIMENTO

**EJA, O RETORNO A PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO:
DESAFIOS E MOTIVAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em 11/12/2017



Profa. Dra. ELIZABETE CARLOS DO VALE – UEPB

Orientadora



Profa. Dra. VALDECY MARGARIDA DA SILVA - UEPB

Examinador (a)



Profa. Ms. WANDERLEIA FARIA DOS SANTOS - UEPB

Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro e, principalmente a Deus pelo dom da vida, por me permitir chegar até aqui e por estar sempre ao meu lado, ensinando-me o caminho que devo percorrer.

Aos meus pais e meu irmão pelo incentivo que me deram durante longa caminhada do curso, apoiando-me e superando minha ausência e obstáculos.

A minha orientadora Prof^a. Dra. Elizabete Vale, pela paciência e dedicação na orientação deste trabalho, enfim, por ter me auxiliado durante esta caminhada.

A minha turma de Pedagogia, que apesar dos conflitos, sempre nos ajudamos e permanecemos juntas até o fim.

A minha amiga Andreia Pereira, pelo apoio, dedicação e amizade.

As colegas de curso, Débora, Rafaella, Nely, as Alanas, Albanisa, Maria Divina, Lorrane, Pamella, Paula, Andrea e Silvilene, pelos momentos maravilhosos que passamos juntas durante o curso, e por terem sido referências de esforço e dedicação.

Ao meu amigo Ícaro que me incentivou na caminhada rumo a novos conhecimentos e desafios.

Aos meus familiares, sem o apoio, paciência e fortaleza de vocês, não teria conseguido chegar até o final dessa conquista.

A meu grande amigo Everaldo, no qual, contribuiu para escolha do tema do meu trabalho, e também pela motivação.

Aos quatro ex alunos de EJA (Nequinho, Silvano, Maria Pequeno e Josirene) que prontamente aceitaram participar do nosso trabalho, contribuindo assim para o meu aprendizado sobre a temática a partir dos seus saberes.

Sejam estas palavras da minha gratidão por todos vocês.

Muito obrigada!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL	7
2.1 EM BUSCA DA ESCOLARIDADE: “ABANDONO” E RETORNO AOS ESTUDOS VIA EJA.....	
3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA/PB.....	13
4. O RETORNO DE ADULTOS AOS ESTUDOS FORMAIS: MOTIVAÇÕES E PAPEL DA EJA A PARTIR DE ALUNOS EGRESSOS.	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6. REFERÊNCIAS.....	22

EJA: O RETORNO A PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO: desafios e motivações

NASCIMENTO, Leiliane Anizio do¹.

RESUMO

Considerar as especificidades e diversidades dos sujeitos/alunos da EJA é de fundamental importância para que propostas e programas de EJA logrem resultados positivos/concretos. O conhecimento por parte do professor que atua nessa modalidade de ensino sobre os sujeitos que a compõe, especialmente sobre suas histórias de negação de direitos, seu retorno à escola via EJA, bem como suas motivações para voltar a estudar, configura-se como elemento central de todo e qualquer trabalho de educação de jovens e adultos. Esses aspectos acima citados, bem como a nossa prática pedagógica enquanto professora do primeiro segmento da EJA constituem-se como questões norteadoras do presente artigo, cujo objetivo é compreender quais as principais motivações que impulsionam os alunos adultos voltar à escola via EJA, bem como que papel a educação de jovens e adultos desempenhou na formação de alguns sujeitos egressos da EJA do município de Alagoa Nova/PB. Além de estudos teóricos sobre a temática, entre os quais, autores como Freire (1997, 2007), Arroyo (2000), Galvão e Di Pierro (2006), Costa (2016), Vale (2012), entre outros; entrevistamos quatro (04) alunos egressos da EJA e um (01) dos professores responsáveis pelas primeiras iniciativas de EJA no município acima citado. Tal pesquisa ajudou-nos a compreender que as motivações que os sujeitos/alunos da EJA têm para retornar a escola e a compreensão que os mesmos tem em relação à educação escolarizada, têm uma relação intrínseca com suas inserções no mundo do trabalho e nas organizações e movimentos sociais que fazem parte.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. MOTIVAÇÕES. ESCOLARIZAÇÃO

¹ Aluna do 8º período do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba. Email: leiliane93an@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar é um direito inalienável do cidadão e um bem indispensável para o desenvolvimento do indivíduo, não somente no que diz respeito às possibilidades de inserção no mercado de trabalho, mas também para seu desenvolvimento pessoal e atuação na sociedade. Entretanto, tal direito ainda é negado a grande parte da população brasileira, visto que o Brasil continua exibindo um número enorme de analfabetos, tanto absolutos, quanto funcionais, ou seja, pessoas que não tiveram acesso à educação escolarizada ou que tiveram acesso à escola, mas que foram “expulsas” por diferentes razões, não logrando o aprendizado necessário.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada no ano de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², o Brasil ainda tem 12,9 milhões de analfabetos, ou 9,7% da população, a Região Nordeste continua a apresentar a maior taxa de analfabetismo (16,2%) do país. No que se refere à Paraíba, ainda de acordo com os dados do IBGE, nosso Estado apresenta a terceira maior taxa de analfabetismo do Brasil. Entre a população com 18 anos ou mais, 27,42% não sabem ler nem escrever, ou seja, mais de 1/4 dos paraibanos adultos são analfabetos. Nesta faixa etária, apenas 37,67% tem o Ensino Fundamental completo, número que cai para 26,98% entre os concluintes do Ensino Médio e apenas 8,02% entre os diplomados em um curso superior³. Já no município de Alagoa Nova/PB, *locus* da nossa experiência e trabalho de pesquisa, de acordo com o Censo 2010 a taxa de analfabetismo é de 38,9% contra 9,37% da média nacional. A maioria da população analfabeta concentra-se na zona rural, cujo percentual é de 22,89% contra 7,06% da zona urbana.

Pesquisas sobre índices de analfabetismo e baixo nível de escolarização de uma determinada população demonstram que pobreza e analfabetismo caminham juntos. Dados do Censo IBGE 2010 sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)⁴ apontam a Paraíba como o estado que tem o quinto pior IDHM do país (0,658), número baixo em relação à média nacional (0,727), isso devido, especialmente ao critério Educação – a quarta pior do Brasil segundo as métricas do IDHM, tudo isso coloca a Paraíba entre os mais baixos índices

² Disponível em [.http://www.valor.com.br/brasil](http://www.valor.com.br/brasil)

³ Disponível em: www.infoescola.com/geografia/populacao-da-paraiba/

⁴ ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.
IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

de qualidade de vida do Brasil. Outro aspecto importante relacionado a relação entre pobreza e educação, é que dados demonstram que o nível de letramento é maior em famílias nas quais a renda também é maior, ou seja, o nível de escolaridade dos pais influencia no processo de letramento na sociedade. Portanto, o nível de escolaridade da população depende de melhorias socioeconômicas que diminuam as desigualdades no país, sendo fundamental que as políticas voltadas para a educação de jovens e adultos sejam acompanhadas de outras políticas públicas setoriais.

De acordo com Soares (2001, p. 201), a história da Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil “se insere nesse contexto: em meio à sua desvalorização e à indiferença, convivemos com numerosas iniciativas e consolidação de propostas em seu âmbito”. Estas iniciativas são caracterizadas por denso universo, atravessado por possibilidades e necessidades variadas em que os processos de alfabetização e escolarização muitas vezes não se completam. Pode-se dizer que o que foi feito em relação à escolarização de adultos ao longo dos anos, não logrou êxitos necessários a superar os elevados índices de analfabetismo e a baixa escolaridade de grande parte da população.

É nesse contexto de pobreza, baixa escolaridade e alto índice de analfabetismo que se insere o município de Alagoa Nova/PB, onde atuei como professora do primeiro segmento de EJA na zona rural durante o período de 2015 a 2016. A partir da minha experiência na EJA, percebi em conversas com alunos e alunas mais idosos/as como era difícil poder estudar antes, assim como não é fácil o retorno à escola por conta de uma série de fatores que envolvem a vida do adulto trabalhador e, principalmente porque mesmo enfrentando uma série de dificuldades essas pessoas voltam a frequentar a escola.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL

A Educação não ocorre apenas na escola, ela é um processo permanente realizado nos mais diversos espaços e instituições sociais como na família, na comunidade, no trabalho, nas diversas organizações sociais, enfim na interação do homem com o meio (UNESCO, 1997). Não há uma forma única nem único modelo de educação, nem a escola é o único lugar onde acontecem processos educativos. Entretanto, a educação escolar é essencial na formação de um povo e um dos fatores mais importantes no desenvolvimento de um país. O não acesso a educação escolar de muitos brasileiros constitui-se não apenas como a violação a um direito, como um entrave a melhoria da qualidade de vida de pessoas que vivem sob a condição de analfabetos num mundo letrado.

Embora o problema do analfabetismo da população brasileira tenha uma raiz na constituição dos primeiros processos de escolarização no Brasil no período da colonização é apenas em meados do século passado que começa-se de fato a discutir sobre políticas voltadas para esse setor. Como afirmam Haddad e Di Pierro, citados por Vale (2012, p. 30), é a partir da década de 1930, com o início do processo de industrialização e o aumento da população urbana, que a educação de adultos delimita melhor seu espaço história da educação brasileira e que se passa a discutir uma política específica para esse setor.

Conforme destacam Oliveira (et all)⁵, historicamente, observa-se que o movimento em favor de EJA tem se caracterizado por iniciativas tímidas, inspiradas numa concepção de Educação de Jovens e Adultos, restrita a alfabetização. Nesse sentido, as iniciativas neste campo buscavam promover a EJA, não enquanto parte integrante das demandas da educação no país, mas como tentativa de diminuição das taxas de analfabetismo, com o intuito de responder as metas dos acordos internacionais firmados. Buscava-se combater o analfabetismo, considerado “vergonha nacional”, que precisava ser erradicado. Nessa perspectiva, propunha-se a solução do problema pela melhoria das taxas de analfabetismo e a elevação dos níveis de instrução escolar nos países em desenvolvimento.

Desse modo, é a partir da década de 40 que são pensadas ações voltadas para a educação de adultos, quando o governo federal assume de certa forma, um papel mais protagonista a partir da realização de diversas campanhas de educação de adultos, tais como: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); Campanha Nacional de Educação no Campo – CNER (1952) e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958). Assim, conforme destacam Haddad e Di Pierro, *Apud* Vale (2012, p. 31):

O estado brasileiro, a partir de 1940, aumentou as suas atribuições e responsabilidades em relação a educação de adolescentes e adultos. Após uma atuação fragmentária e ineficaz durante todo o período colonial, Império e Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo território nacional.

Para Fávero ((*Apud*, VALE, 2012), mesmo partindo de um conceito extremamente limitado de analfabetismo/alfabetização com ações de educação de viés compensatório, e a partir de práticas fragmentadas e descontínuas, as campanhas de educação de adultos tiveram

⁵ OLIVEIRA, Edna. BREGONCI, Aline. SCOPEL Graça. CANHAMAQUE Helton. Trajetória histórica das políticas públicas da educação de jovens e adultos no Estado do Espírito Santo no período de 1995 a 2004. (s/d). Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe

papel importante, pois, significou um movimento positivo do Estado e da Sociedade brasileira no atendimento as necessidades educacionais da população adolescentes, jovens e adulta a mais pobre e colocou em debate a necessidade de definição de financiamento para o desenvolvimento de educação.

Também na década de 40 foi regulamentado o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), criado pelo professor Anísio Teixeira. Esse fundo tinha como objetivo garantir recursos permanentes para o ensino primário. Anísio Teixeira se preocupava com a desigualdade econômica e cultural reinante entre os municípios, o que ocasionava a formação desigual dos alunos. Para que essa desigualdade fosse amenizada propôs a criação de um “custo padrão”, com o objetivo de redistribuir entre municípios de um estado da federação os recursos já existentes para a educação fundamental, a partir da pré-fixação de um custo médio anual, nacional, do aluno financiado pelos três poderes públicos: União, Estados e Municípios. A criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), organismo responsável pelo incentivo e realização de estudos na área da educação data dessa década. Outro marco desta trajetória foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) na qual se começou a pensar o material didático para a educação de adultos. Este foi seguido por outros fatores da estruturação da EJA tais como: a realização do 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos⁴ em 1947 e do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em 1949. (...). Como plataforma política de governo de Getúlio Vargas (pensada por Lourenço Filho) a educação de adultos foi entendida como peça fundamental na elevação dos níveis de escolarização da população em seu conjunto, compreendendo este processo como fundamental para a elevação do nível cultural dos cidadãos (FRIEDRICH, et all, 2010, p. 395-396).

Entretanto, as ações voltadas para EJA nesse período limitaram-se a campanhas que no geral, não lograram êxitos e terminaram por ser extintas. Por ocasião do fracasso das campanhas de educação de adultos, em 1958 é convocado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos cujo objetivo foi fazer um balanço das ações voltadas para a educação de adultos: finalidades, impactos, problemas de organização, inadequação dos métodos e processos pedagógicos, etc. É nesse Congresso que Paulo Freire, representando o Estado de Pernambuco, apresenta a tese de que as raízes do problema do analfabetismo no Brasil são as profundas desigualdades sociais. A partir da compreensão da “Educação como prática da liberdade”, Freire propõe trabalhar processos educativos tendo viés principal a formação da consciência crítica, a partir da valorização cultural e dos conhecimentos prévios dos educandos, tendo como referência metodológica o diálogo e a problematização da realidade. No que se refere aos processos de alfabetização, para Freire:

Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação,

através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (FREIRE, 1996, p. 59).

Desse modo, a partir dos referenciais Freireanos, vários movimentos de educação e cultura popular passam a por em prática ações educativas voltadas para as camadas populares nas diversas regiões do país, entre esses, destacam-se: o Movimento de Cultura Popular (MCP) vinculado a prefeitura do Recife/PE; o Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado a Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB); os Centros Populares de Cultura (CPCs), vinculados a União Nacional dos Estudantes (UNE); a Campanha de Pé no chão também se aprender a Ler, vinculado a prefeitura do Natal/RN e o CEPLAR na Paraíba, entre outros.

Contudo, o golpe militar de abril de 1964 aniquilou com todas essas experiências, exceto o MEB que por seu vínculo com a CNBB, não foi extinto, porém teve que redefinir todas as suas ações, deixando de trabalhar práticas educativas a partir do viés da educação popular (VALE, 2012). Como forma de atuar no espaço deixado por esses movimentos, o governo militar criou no ano de 1965, em oposição às ideias de Paulo Freire, a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC), de caráter conservador e semioficial e em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). A Cruzada ABC e o Mobral “constituíram-se em movimentos concebidos com o fim básico de controle político da população, através da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos” (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, *Apud* FRIEDRICH, et all, 2010, p. 397). Ainda de acordo com as autoras, outra ação do governo militar voltada para o atendimento a jovens e adultos não escolarizados foi o Ensino Supletivo, criado em 1971 através da Lei nº. 5.692/71, como proposta de reposição de escolaridade, o suprimento como aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizando para a profissionalização. Entretanto, mesmo contando com investimento de vultosos recursos, tais ações também não lograram êxito.

O fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização em 1980 favoreceram novas discussões sobre a EJA, o Mobral foi extinto e em seu lugar a Fundação Educar passa a assumir as ações voltadas para a educação de jovens e adultos, como um órgão de fomento e apoio técnico aos Estados e municípios, porém com suporte financeiro bastante inferior ao do Mobral (VALE, 2012).

No início da década de 80, a sociedade brasileira viveu importantes transformações sócio-políticas com o fim dos governos militares, a retomada do processo de democratização e com o processo de elaboração da nova Constituição Federal promulgada em 1988. A nova

Constituição trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada. A partir das determinações legais advindas da Constituição, na década de 1990, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96, na qual a EJA passa a ser considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio e com especificidade própria.

Já no ano 2000 são promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação. Tais Diretrizes ressaltaram a EJA como direito e substituíram a ideia de compensação pelos princípios de reparação, equidade e qualificação. Ainda, regulamentaram a realização de exames, oferecendo o Ensino Fundamental a maiores de 15 anos e o Ensino Médio a maiores de 18 anos (BRASIL, 2000). Segundo o Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000 a EJA possui três funções principais, a reparadora, a equalizadora e a qualificadora:

Reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

Equalizadora, vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Qualificadora, mais do que uma função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. (BRASIL, 2000, p. 7 - 11).

Desse modo, as DCNs buscaram superar a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto, reconheceram a diversidade cultural e regional dos sujeitos da EJA como características marcantes, valorizando ainda: as especificidades de tempo e espaço para seus educandos; o tratamento presencial dos conteúdos curriculares; a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; e a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA (BRASIL, 2000).

2.1 EM BUSCA DA ESCOLARIDADE: “ABANDONO” E RETORNO AOS ESTUDOS VIA EJA.

A característica central da Educação de Jovens e Adultos é a especificidade dos seus sujeitos. Ela atende a um público de Jovens e Adultos, que por motivos diversos, foi excluído da educação durante sua infância ou adolescência. Santos (2003) *Apud* Siqueira (2009, p. 34) utiliza o termo “escolarização tardia” para designar os estudantes da Educação de Jovens e Adultos que retornam à escola a fim de continuar os estudos, interrompidos quando crianças por diversos motivos ou para iniciar sua escolarização formal, ou seja, para se alfabetizar. Reportando-se a estudos desenvolvidos por Cardoso (2012) sobre motivações de abandono do processo de escolarização por parte de jovens e adultos, Costa (2016), destaca que, “os alunos da EJA abandonam o curso por alguns motivos, mas os principais quando não relacionados ao trabalho ou à família, são de ordem pessoal. Depois de algum tempo retornam aos estudos e abandonam novamente pelos mesmos motivos demonstrados anteriormente” (COSTA, 2016, p. 5).

Diversas pesquisas sobre a temática apontam que a não escolarização de jovens e adultos quando crianças ou mesmo o “abandono” da escola, tem diversas causas, as mais comuns são: para os adultos e idosos, ausência de escolas, especialmente na zona rural; necessidade de trabalhar desde cedo para garantia da sobrevivência da família, trabalhos esses exaustivos, tornando-se inviável a compatibilidade entre escola e trabalho; impedimento das mulheres de estudar quando crianças e jovens, seja pelo pai ou marido, posteriormente, fruto de uma cultura extremamente machista enraizada na formação dos homens, especialmente no nordeste brasileiro; inadequação dos modelos pedagógicos das escolas e falta de políticas públicas que de fato proporcionem processos de escolarização de qualidade, entre outros aspectos.

No que se refere às motivações de “retorno” a escola via EJA, estas variam também, de acordo com o perfil dos sujeitos. Estudos sobre essa temática apontam que as motivações estão relacionadas a questões de mercado de trabalho, a continuidade aos estudos interrompidos por fatores diversos, resgate da autoestima, convivência social, etc. Pesquisa realizada por Siqueira (2009) sobre as razões que homens e mulheres adultas retornam aos bancos escolares, após muitos anos fora do ambiente escolar, apontam o seguinte:

As respostas referentes ao Trabalho estão relacionadas a novas chances no mercado laboral: “arrumar um emprego melhor”, “um melhor trabalho”, “quero um trabalho

fixo”, “conseguir um emprego”, “manter o emprego”, “melhorar profissionalmente”, “colocar meu próprio negócio”, “progredir na vida, trabalhar e estudar, se dar bem na vida”, (...) “vencer, crescer, aprender e fazer bons amigos, conseguir mais qualidade no meu trabalho”, “passar de ano e arrumar um serviço melhor”. As respostas relacionadas com os Conhecimentos proferidas pelos participantes da pesquisa são: “ter mais conhecimentos e cultura”, “busca de conhecimentos”, “incentivar e dar exemplo aos/às filhos/as”, “incentivar os netos”, “continuar estudando”, “terminar o ensino fundamental”, “aprender mais”, “abrir a minha cabeça para o que está acontecendo no mundo da matemática, história, português e até falar melhor”, “poder ajudar meus filhos porque às vezes ele pedem minha ajuda e eu não sei”, “recuperar o tempo perdido fora da escola”, dentre outros (SIQUEIRA, 2009, p. 37).

Desse modo, o autor destaca que os sujeitos que buscam a EJA acreditam na instituição escolar e que ela poderá contribuir substancialmente para ampliação de suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho através dos conhecimentos ditos formais aprendidos na escola, bem como ajudar no dia-a-dia com os filhos, demonstrando na prática para os mesmos a importância da escola e resgate da autoestima, ou seja, a construção de maior autonomia desses sujeitos. Segundo assim, busquei entender, quais motivações trouxe esses alunos a frequentar novamente o ambiente escolar, cujo os maiores motivos é “não usar o dedo” como assinatura, e tentar ingressar no mercado de trabalho para ter uma condição de vida melhor. Segundo Siqueira (2009, p.37) um dos motivos abordados é a recuperação do tempo perdido fora da escola. Em qual, se sabe a educação antes era algo pertencente a classe dominante, no que a classe pobre não tinha estímulo pelos familiares para frequentar as salas de aula. Hoje podemos ver a importância da educação na vida dos indivíduos que retornaram a sala de aula e o que mudou depois que começaram a frequentar as salas de aula, muitos educandos tem conhecimentos de seus direitos sem aceitar tudo que é imposto a eles.

Vale salientar que o educando, não deve ser aquele que só acumula conhecimento, mas sim aquele que critica que questiona sua realidade, desse modo, a EJA apesar de ser vista com uma reparação, aqueles que não tiveram oportunidade a estudar qual criança e agora através dessa modalidade. A partir dessa perspectiva, buscamos compreender um pouco, sobre a EJA no município de Alagoa Nova/PB, a partir de alguns sujeitos que dela fizeram parte.

3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA/PB

De acordo com dados do último censo (2010) a população do município de Alagoa Nova/PB é de 19.681 hab. desses, 28,54% são analfabetos absolutos uma taxa três vezes

maior do que a taxa nacional de analfabetismo que é de 9,37%. A maioria da população analfabeta do município concentra-se na zona rural, cujo percentual é em torno de 23% contra 7,0% da zona urbana. Entretanto, apesar do alto índice de analfabetismo, as iniciativas e ações voltadas para a EJA no município são ínfimas. De acordo com informações levantadas na Secretaria de Educação do município, na zona rural, por exemplo, há apenas duas turmas de EJA e na zona urbana sete, atualmente, tais aspectos demonstram o quanto a EJA é tratada como uma sub atividade, como algo de pouca importância. Vale salientar que a oferta de EJA pela rede municipal é uma ação muito recente, definida não como uma proposta política do município, mas, pela iniciativa individual do professor da rede municipal de educação José dos Santos, que era também líder comunitário.

De acordo com o professor, os altos índices de analfabetismo do município e a compreensão que a educação pode contribuir com processos organizativos nas comunidades, impulsionaram-no a buscar formas de organização de turmas de EJA nas zonas rural e urbana do município de Alagoa Nova. Assim, as primeiras ofertas de EJA datam de 2006 a partir de tentativas do referido professor com a gestão do município, o que segundo ele não foi fácil, pois apesar do então prefeito ter achado uma “boa ideia”, não houve uma boa aceitação por parte da equipe pedagógica da secretaria de educação que alegava ser “perda de dinheiro” investir em ações educativas voltadas para adultos, pois a prioridade deveria ser o ensino para as crianças.

A visão sobre a EJA expressa por representantes da secretaria de educação reforça um entendimento muito comum que é a compreensão de que a educação de adultos das classes pobres sempre foi vista pela classe dominante como desnecessária e até “prejudicial” à felicidade desses trabalhadores. O discurso da elite naturalizava a condição financeira; assim, os menos favorecidos deveriam aceitar a posição à qual foram destinados na sociedade. Tal compreensão desconsidera o que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA que afirma através do Parecer 11/2000 do CNE, que a Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas (BRASIL, 2000).

Entretanto, mesmo com as dificuldades impostas pela equipe da secretaria de educação, o professor José persistiu na ideia de fazer com que a gestão municipal assumisse a responsabilidade para com a educação de jovens e adultos. De acordo com o professor, o mesmo buscou “ajuda” inclusive da UNESCO em Brasília, de modo que houvesse alguma pressão junto à gestão municipal para que a mesma se comprometesse em ofertar ações

educativas voltadas para jovens e adultos analfabetos. De fato, a luta empreendida pelo professor em prol da EJA no município de Alagoa Nova surtiu efeito, pois a partir de então, com o apoio da gestão municipal foi planejado um projeto de alfabetização de adultos com o título era “Alfabetizar é possível”, cujo objetivo principal era “diminuir o índice de analfabetismo no município de Alagoa Nova”. As turmas formadas no período tinham entre 15 a 20 alunos que em sua maioria nunca havia frequentado a escola antes. Organizadas as turmas, os professores escolhidos eram da própria comunidade, visto que estes conheciam a realidade e os alunos com os quais iriam atuar.

Quando questionado sobre como era à capacitação dos professores para atuar na EJA, o professor José afirmou que “os professores recebiam formação contínua que acontecia mensalmente onde era discutida a teoria e prática, a partir das ideias de Paulo Freire. Ou seja, planejavam-se as aulas a partir de temas geradores e esses temas sempre partiam da realidade dos alunos, do universo de fala do educando, a partir de processos investigativos. Outro aspecto reforçado no processo de capacitação dos professores alfabetizadores era a reflexão sobre quem são os sujeitos de EJA, enfatizando-se sempre que o jovem ou adulto analfabeto tem conhecimento, portanto, são capazes de aprender independente da idade.

Os alunos de EJA já trazem uma leitura de mundo, um saber acumulado historicamente e em lutas no seu dia-a-dia, daí a importância da valorização do conhecimento do educando no processo educativo e de considerá-lo como ponto de partida da prática pedagógica. Ou seja, trabalhava-se sempre a ideia de que o ser humano é um ser inacabado, conforme defendia Paulo Freire, que, portanto a educação pode e deve contribuir a partir de um processo de conscientização para a formação desses sujeitos e para a transformação da realidade. Visto que, como afirma Freire (1996, p. 110):

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado e consciente do seu inacabamento histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opção, de decisão.

O compromisso político do professor José com a busca de desenvolvimento de propostas pedagógicas voltadas para jovens e adultos analfabetos no município de Alagoa Nova, demonstra a importância da dimensão política da prática do educador, conforme destaca Arroyo (2000, p. 207), ao discutir o ofício do professor:

Nosso ofício é socialmente relevante, não apenas para transmitir competências, habilidades, saberes, conhecimentos de nossa área e disciplina. A consciência

política alarga nossa autovisão, dá maior densidade social e cultural a nosso fazer. A escola é mais do que escola, professor é mais do que transmissor, habilitador. Os processos de conscientização política podem ser um mecanismo de recuperação de dimensões de nosso ofício que foram perdidas no tecnicismo marcante de nossa tradição escolar. O professor e a professora que avançam na visão política encontram novos sentidos sociais de seu fazer. Recuperamos o sentido social perdido. Nos sentimos próximos de outros profissionais do social, da cultura, do desenvolvimento humano, da consolidação dos direitos humanos, da construção lenta de outra sociedade.

Como podemos perceber o educador que atua na EJA, ele não ensina apenas, ajuda o educando a aprender, a partir do momento em que na sua ação pedagógica ele trabalhe conteúdos contextualizados e significativos. Isso exige do educador, o compromisso com a aprendizagem dos educandos, o desenvolvimento de práticas pedagógicas motivadoras, o reconhecimento dos saberes dos educandos, etc. Ou como afirma Arroyo (2006), a prática pedagógica do professor precisa ser afirmativa da EJA como um direito que deve estar entrelaçado a outros direitos, desse modo, ser educador de jovens e adultos é ter consciência desses direitos e do momento histórico em que vivemos na atualidade. Como afirma (1996):

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, á curiosidade, ás perguntas dos alunos, as suas inibições, um ser crítico e inquiridos em face da tarefa que tenho (FREIRE, 1996, p. 27).

Sendo assim os educandos devem ser desafiados, deve instigar eles a desenvolver o senso crítico desenvolver o soa seus educandos também, propor sempre em suas aulas situações de curiosidade, para que eles vão em busca das respostas.

4. O RETORNO DE ADULTOS AOS ESTUDOS FORMAIS: MOTIVAÇÕES E PAPEL DA EJA A PARTIR DE ALUNOS EGRESSOS.

Conforme destacamos na metodologia do trabalho, compreender quais as motivações que impulsionaram sujeitos adultos buscarem a escolarização, bem como qual a importância da EJA na vida dos mesmos, foi à problemática central do presente trabalho. Para levantarmos alguns dados sobre a temática do trabalho entrevistamos quatro alunos egressos da EJA que desempenham importante papel na organização das comunidades onde residem, são eles: Heleno Gomes mais conhecido como “Seu Heleno”, um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova e um dos organizadores do “Polo da Borborema”

(organização que congrega vários sindicatos rurais do referido polo); dona Maria Silva, líder de um grupo de mulheres trabalhadoras rurais; Paulo Luiz e Joana Silveira, ambos trabalhadores rurais. Buscamos saber qual a importância da EJA para os mesmos e quais as suas principais motivações para o retorno a escola.

“Seu Heleno” tem 65 anos, é casado tem 05 filhos, é um importante líder sindical da região da Borborema, preside o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova. Segundo ele, não pode ir pra escola quando pequeno porque teve que trabalhar desde cedo na roça pra ajudar no sustento da família, voltou a estudar depois de adulto. Voltou a estudar através da EJA, atualmente conseguiu concluir o ensino fundamental completo. Quando questionado sobre porque voltou a estudar, afirmou que só através da educação que é possível mudar a situação de pobreza em que as pessoas mais pobres vivem, entretanto, no seu entender não é qualquer educação que ajuda nesse processo, é preciso que a educação de adultos seja uma educação contextualizada.

Pra ajudar o pobre a enxergar seus direitos é preciso que seja trabalhada uma educação contextualizada, voltada para realidade do trabalhador respeitando suas raízes. Acho que a educação trabalhada nas escolas em geral se distancia muito da realidade dos alunos, e não deveria acontecer, deveria ser abordada na realidade na qual o aluno tá inserido.

Quando questionado como o processo de escolarização pode contribuir na organização dos trabalhadores na luta pelos seus direitos, seu Heleno foi enfático ao afirmar que os processos de escolarização de adultos podem ajudar sim, desde que seja uma educação que ajude as pessoas a entender melhor o mundo, a lutar por seus direitos, não pode ser uma educação da pura repetição:

A escola pode ajudar sim na organização dos trabalhadores, porém não é qualquer educação, tem que ser uma educação contextualizada, voltada para o conhecimento dos direitos e do conhecimento das políticas públicas, pois estamos vendo os nossos direitos sendo destruídos. Acho que isso tá acontecendo porque o povo não teve uma educação conscientizadora que ajude a lutar pelos seus direitos.

Outro aspecto destacado por seu Heleno quanto à contribuição que a educação de jovens e adultos pode desempenhar junto aos trabalhadores rurais que residem no chamado Polo da Borborema é sobre a luta em defesa da agroecologia, uma das bandeiras de luta dos sindicatos que compõem o Polo da Borborema. Para ele, não basta apenas a EJA, esta, tem que ser um “ponta pé” inicial para que os jovens, principalmente, compreendam qual a importância da agroecologia e busquem a continuidade nos estudos.

A agroecologia é um espaço de discussão muito importante, pois vai contra os interesses capitalistas que só visam o lucro, sendo os grandes empresários produtores de produtos transgênicos. Então é necessário que tenhamos jovens formados em técnico ou superior agrícola, para que junto com as instituições de ensino, possam desenvolver projetos que incentivem a produção de produtos agroecológicos.

A fala de “seu Heleno” revela a preocupação de que a dimensão norteadora da EJA seja o processo de conscientização dos educandos acerca dos seus direitos, bem como no estabelecimento de uma relação intrínseca da EJA com o meio ambiente, com a preservação da natureza e com a agroecologia. Paulo Freire, em suas obras, faz algumas considerações sobre a conscientização e afirma que se configura como sendo uma [...] compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo. Na medida em que a condição básica para a conscientização é que seu agente seja sujeito, isto é, um ser consciente, a conscientização, como a educação, é um processo específico e exclusivamente humano (Freire, 2001, p. 77).

Conversamos também com outro ex aluno, o senhor Paulo Luiz que é trabalhador rural, tem 50 anos de idade, casado, tem 02 filhos. O senhor Paulo Luiz concluiu as séries iniciais do ensino fundamental via EJA. A exemplo de “seu Heleno”, não estudou quando criança porque não teve oportunidade, pois, teve que desde cedo trabalhar para sustentar a família. Quando questionado sobre porque buscou a escola depois de adulto, afirmou que:

Sentiu necessidade de acompanhar os avanços da modernidade, principalmente, saber usar caixa eletrônico de banco, usar celular, saber pegar ônibus e escrever uma carta”. Afirmou ainda, que os “estudos ajudam a gente a conhecer nossos direitos pra poder lutar por eles, e a não ser excluído das coisas por não saber ler e escrever. Outra coisa, também ajuda a pessoa a se virar sozinha, viajar pra uma cidade maior e saber conhecer onde está”.

Entrevistamos também duas mulheres ex alunas de EJA: dona Joana Silveira e dona Maria Silva. Dona Joana tem 42 anos de idade, é casada e tem 06 filhos. Conseguiu concluir o primeiro segmento do ensino fundamental através da EJA. Segundo ela, parou de estudar porque desde muito nova teve que trabalhar na roça com os pais. Afirmou que a principal motivação para voltar a estudar foi para aprender a escrever o nome e também pra ficar mais esclarecida sobre seus direitos.

Dona Maria Silva, exerce um papel importante na comunidade como representante de um grupo de mulheres trabalhadoras rurais que trabalham com a agroecologia. Dona Maria Silva tem 49 anos de idade, é casada e tem 01 filho, conseguiu concluir o ensino médio.

Quando questionada sobre a importância da EJA para sua formação e organização das mulheres, afirmou:

Pra mim foi muito importante, me ajudou a conhecer meus direitos e a lutar por eles. Pra nós mulheres, a escolarização é muito importante, pois só o conhecimento ajuda as mulheres a lutarem mais pelos seus direitos, a ter um papel mais ativo na comunidade, ajuda a gente a se organizar e se conscientizar não apenas dos nossos direitos, mas também a lutar pela agroecologia, a lutar contra a utilização de veneno na agricultura, pois são os alimentos que produzimos que vão para nossas mesas, que alimentam não só a nossa família, mas a maioria da população.

Em estudo sobre o crescimento da participação das mulheres agricultoras nas lutas rurais no Brasil no decorrer da década de 1990, bem como nas experiências produtivas vinculadas ao movimento agroecológico, Emma Siliprandi (2015), afirma que pesquisas recentes demonstram que:

Pela primeira vez eram enfocadas as mudanças ocorridas nos sistemas produtivos das propriedades rurais, e chegou-se à conclusão de que, de maneira geral, participar de experiências agroecológicas permitia a ampliação do espaço de atuação dessas mulheres, para além das suas redes de sociabilidade habituais (SILIPRANDI, 2015, p. 105).

Conforme afirma Silva (2014), os estudos sobre a escolarização das mulheres tem demonstrado que o processo de escolarização na vida das mulheres é algo extremamente importante para a melhoria da qualidade de vida das mesmas nos diversos aspectos: na superação do machismo, na busca por igualdade de gênero, na melhoria das condições de escolarização dos filhos, etc. “Os estudos demonstram também que apesar de todos os conflitos e dificuldades enfrentadas pelas mulheres, é possível dizer que estas estão superando gradativamente o estado de submissão imposto por uma sociedade machista” (ARAÚJO. 2014, p. 28).

As falas das pessoas entrevistadas revelam a importância do acesso a processos de escolarização, especialmente porque contribui para o processo de conscientização dos seus direitos e conseqüentemente para o empoderamento das mesmas. Tais aspectos reforçam a compreensão da não neutralidade da educação, do importante papel que ela pode exercer na vida das pessoas a partir do momento em que ajuda a esses sujeitos a lutarem por seus direitos, não aceitando passivamente o que está posto como algo imutável. Como afirma Freire (1996), a educação é um ato político que contribui para o desvelamento da realidade:

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesmo do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado e consciente de seu inacabamento, histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opção, de decisão (FREIRE, 1996, p.110).

Portanto, é impossível que a educação não seja um ato político, mesmo o ser humano não tendo domínio de certo conhecimento, pois o ser humano teve seu movimento de pensar, o educador de EJA deve ministrar aulas crítica sem descontextualizar fazendo sempre relação com o ambiente do educando. A educação no sentido defendido por Freire (1992) é o ato de reflexivo que envolve o pensar, o ensinar e o aprender, e o aprender a pensar exige diálogo, exige uma ação crítica e de reconhecimento acerca dos saberes trazidos da realidade onde estamos inseridos. Ou seja, a educação é uma prática político-pedagógica e neste sentido, não há neutralidade no ato de educar, visto que toda educação é um ato político.

Neste sentido, cabe ao professor, especialmente o que atua na educação de jovens e adultos, ter uma prática pedagógica que não apenas contribua para que os educandos dominem os processos de leitura e escrita, como instigue a reflexão sobre a realidade buscando compreendê-la para buscar mudanças nas estruturas sociais injustas. Conforme afirma Freire (1996) “Como professor devo saber que sem curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho e a que corresponde a dever de lutar por ela, o direito a curiosidade”. Neste sentido, como defende Freire, quando a educação é libertadora, ela é contribui para mudar a realidade e a vida dos sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do/no processo ensino-aprendizagem vivenciada com os alunos de EJA no município de Alagoa Nova/PB foi extremamente importante para minha formação docente, tanto para compreender melhor as especificidades dessa modalidade de ensino, como para compreender que um dos elementos essenciais para a prática do professor que vai atuar na EJA é saber quem são os alunos da EJA, quais são suas principais dificuldades, porque não estudaram quando crianças, que motivações os movem a retornar a escola e principalmente, qual a importância da educação escolarizada para as suas vidas. Compreendi que levar em conta a realidade e os conhecimentos dos jovens e adultos, bem como o resgate da autoestima

dos mesmos é de fundamental importância no processo de escolarização, pois desconstrói preconceitos acerca do analfabeto enraizados no imaginário da maioria das pessoas.

Desse modo, é fundamental compreendermos que uma das marcas da EJA é a pluralidade de identidades que revelam experiências de vida diversas e que, portanto, no processo ensino-aprendizagem não somente os conteúdos escolares são importantes, mas também as histórias e vivências de cada um, ou seja, a singularidade de cada indivíduo. Isso por sua vez atribui a essa modalidade de ensino, uma identidade que a diferencia da escolarização regular, com demandas educativas específicas e características diferenciadas.

A EJA precisa centralizar o conhecimento de vida dos seus educandos ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, as práticas pedagógicas devem tomar a vivência dos sujeitos como ponto de partida. Neste sentido, o educador deve considerar o contexto de vida dos educandos como conteúdo básico, levando-os a se perceberem como sujeitos de um processo histórico, o que exige, um trabalho diferenciado do ponto de vista político e pedagógico, com expectativas educacionais distintas ou específicas a esses sujeitos inseridos no processo de escolarização, no sentido de reconhecimento à realidade dos sujeitos que dela participam.

Devemos compreender que esses sujeitos que procuram essa modalidade de ensino, trazem consigo saberes, valores, crenças, padrões de comportamentos e trajetórias distintas. As falas dos ex alunos deixaram claro a importância da EJA em suas vidas e na vida da comunidade em que estão inseridos. Vale salientar que trabalhamos apenas com as falas de quatro ex alunos que tem uma participação importante na comunidade onde vivem, o que faz com que seus olhares sobre o papel da educação apontem para a importância da educação consentidora. Porém, de maneira geral, os alunos de EJA veem a EJA como sendo uma segunda oportunidade para “repor o tempo perdido”, completar o ensino fundamental e/ou médio, resgatar a autoestima, ser protagonista do seu aprendizado, etc. Ou seja, há sonhos variados, o aluno da EJA, por fim, tem suas características próprias, luta para ter um espaço no mercado de trabalho como qualquer um, luta por mudanças na realidade em que está inserido, luta por seus direitos. Esse modo diferenciado de inserção no mundo do trabalho e das relações interpessoais define modos também diferenciados de relação com o mundo escolar e de perspectivas, critérios e estratégias de produção de conhecimento.

Neste sentido, é preciso compreender que a educação como um direito inalienável de todos, independente da idade, sexo, condição social, raça, etc, conforme definido na Constituição Federal do Brasil. Ou seja, a educação tem um papel imprescindível para a melhoria na vida das pessoas, especialmente das mais pobres.

ABSTRACT

Considering the specificities and diversities of the subjects / students of the EJA is of fundamental importance for the proposals and programs of EJA to achieve positive / concrete results. The knowledge on the part of the teacher that acts in this modality of teaching about the subjects that compose it, especially about his stories of denial of rights, his return to school via EJA, as well as his motivations to return to study, is configured as a central element of any and all youth and adult education work. These aspects mentioned above, as well as our pedagogical practice as a teacher of the first segment of the EJA are the guiding questions of the present article, whose objective is to understand the main motivations that motivate the adult students to return to school via EJA, as well as the role of youth and adult education played in the training of some EJA graduates from the city of Alagoa Nova / PB. In addition to theoretical studies on the subject, among them, authors such as Freire (1997, 2007), Arroyo (2000), Galvão and Di Pierro (2006), Costa (2016), Vale (2012), among others; we interviewed four (04) EJA alumni and one (01) of the teachers responsible for the first EJA initiatives in the municipality mentioned above. Such research has helped us to understand that the motivations that EJA subjects / students have to return to school and their understanding of schooling have an intrinsic relationship with their insertion in the world of work and in organizations and social movements.

KEYWORDS: EJA. MOTIVATIONS. SCHOOLING

6. REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDB**. Dispositivos constitucionais Pertinentes lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**, Resolução CNE/CEB Nº 1/05/07/2000.

COSTA, Matheus de Sales. **Permanência, abandono e retorno: EJA, um caso de amor mal resolvido?** Brasília: Faculdade UnB/Planaltina/Licenciatura em Ciências Naturais, 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso).

GALVÃO, Ana M^a O. DIPIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18^a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler**. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessário a prática educativa**. 39^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009;

_____. **Educação e Mudança**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRIEDDRICH, Márcia Friedrich. [et all]. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. In: **Ensaio: avaliação, políticas públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e Educação de adultos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1987.

SIQUEIRA. André B. O retorno de jovens e adultos aos estudos formais após 20, 30, 40 Anos. In: **Revista P o i é s i s**, v. 2, n. 1. Tubarão/SC: UNISUL, Jan./Jun. 2009. (p. 32 – 43).

STRECK, Danilo R. Cinco razões para dialogar com Paulo Freire. In: **Revista E-curriculum**. São Paulo, V.7, n.3 dezembro 2011.

VALE, Elizabete Carlos do. **A educação de jovens e adultos no Brasil nos contextos de escolarização e as possibilidades de práticas educacionais emancipatórias**. Rio de Janeiro: PROPED, 2012. (Tese de doutorados).